

# COPEL

ANO X - Nº 65 - SETEMBRO - 1979 • EDIÇÃO ESPECIAL •

INFORMAÇÕES

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA



COPEL

ANO 25



**Os homens,  
as decisões  
e os fatos  
que determinaram,  
em vinte e cinco anos de trabalho,  
a eletrificação do Paraná.**

Há vinte e cinco anos surgia a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL (recentemente transformada em Companhia Paranaense de Energia), criada pelo Decreto nº 14.947, de 26 de outubro de 1954, assinado pelo então Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (ao lado, o Decreto na íntegra).

Segundo esse Decreto, a nova sociedade se destinava a planejar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica e serviços correlatos, por si ou por sociedade que organizar ou de que vier a participar.

O capital social era estabelecido em 800 mil cruzeiros, do qual, no mínimo, 60% seria subscrito pelo Estado do Paraná, com base nos recursos provenientes do Fundo de Eletrificação, criado pela Lei Estadual nº 1.384, de 10 de novembro de 1953.

Seis meses após sua criação, a COPEL recebeu autorização pelo Decreto Federal

nº 37.399, de 27 de maio de 1955, sancionado pelo Presidente Café Filho - para funcionar como Empresa de energia elétrica, de acordo com as exigências do Código de Águas e leis subseqüentes.

GOVERNO DO ESTADO

DECRETO Nº 14.947

Súmula: Dispõe sobre a organização de sociedade de economia mista sob a denominação de Companhia Paranaense de Energia Elétrica-COPEL e dá outras providências:

O Governador do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e na conformidade de autorização constante da lei nº 1.384, de 10 de novembro de 1953,

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominada para fins de constituição "Companhia Paranaense de Energia Elétrica", a sociedade destinada a planejar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica e serviços correlatos, por si ou por sociedades que organizar ou de que vier a participar.

Art. 2º - O Capital da Companhia será de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), do qual até 40% poderão ser representados por ações preferenciais sem direito de voto.

Art. 3º - O Estado subscreverá no mínimo 60% (sessenta por cento) do capital social.

Art. 4º - Na integralização do capital da sociedade o Estado utilizar-se-á dos recursos provenientes do Fundo de Eletrificação, criado pela lei estadual nº 1.384, de 10 de novembro de 1953, podendo também incorporar ao patrimônio da sociedade, no todo ou em parte, os bens móveis e imóveis integrantes das instalações destinadas à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica de propriedade do Estado.

Art. 5º - A sociedade reger-se-á pelos estatutos que forem aprovados no ato de sua constituição.

Art. 6º - O Governador nomeará representante seu, para em nome do Estado, praticar todos os atos relativos à constituição da sociedade.

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 26 de outubro de 1954, 133º da Independência e 68º da República.

(aa) Bento Munhoz da Rocha Neto
Antonio Joaquim de Oliveira Portes

(in "Diário Oficial" do Estado nº 190, de 27 de outubro de 1954 - 1ª página).

DECRETO Nº 37.399 - DE 27 DE MAIO DE 1955

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 938, de 8 de dezembro de 1938, e o que requereu a Companhia Paranaense de Energia Elétrica-COPEL, decreta:

Art. 1º - É concedida à Companhia Paranaense de Energia Elétrica-COPEL com sede em Curitiba, Estado do Paraná, autorização para funcionar como empresa de energia elétrica, de acordo com o Decreto-lei nº 938, de 8 de dezembro de 1938, combinado com o Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, ficando a mesma obrigada para os seus objetivos, a satisfazer integralmente às exigências do Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934), leis subseqüentes a seus regulamentos, sob pena de revogação do presente ato.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1955: 134º da Independência e 67º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO
Munhoz da Rocha

(in "Diário Oficial" da União nº 128 - ANO XCIV -, de 4 de julho de 1955, 1ª página da Seção I).

150 CURITIBA, 4ª-FEIRA, 27
Atos do Poder Legislativo
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 49
O Diretor Geral da Secretária da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e na conformidade com o que dispõe o Regulamento Interno, tendo em vista o vencido no protocolado sob nº 389-54, RESOLVE:
Acordar e Consellar, de Souza Pontiviano, Taquiarro padron nº 77, do quadro da carreira desta Assembleia, trinta dias de férias regulamentares, a partir de 14 corrente.
Obediente do Diretor Geral, em 13 de outubro de 1954.
João Paulo Tebran - Diretor Geral subsc.
Atos do Poder Executivo
GOVERNO DO ESTADO
DECRETO Nº 14947
Dispõe sobre a organização de sociedade de economia mista sob a denominação de Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL e dá outras providências.
O Governador do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e na conformidade de autorização constante da lei nº 1.384, de 10 de novembro de 1953,
DECRETA:
Art. 1º - Fica denominada para fins de constituição "Companhia Paranaense de Energia Elétrica", a sociedade destinada a planejar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica e serviços correlatos, por si ou por sociedades que organizar ou de que vier a participar.
Art. 2º - O Capital da Companhia será de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), do qual até 40% poderão ser representados por ações preferenciais sem direito de voto.
Art. 3º - O Estado subscreverá no mínimo 60% (sessenta por cento) do capital social.
Art. 4º - Na integralização do capital da sociedade o Estado utilizar-se-á dos recursos provenientes do Fundo de Eletrificação, criado pela lei estadual nº 1.384, de 10 de novembro de 1953, podendo também incorporar ao patrimônio da sociedade, no todo ou em parte, os bens móveis e imóveis integrantes das instalações destinadas à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica de propriedade do Estado.
Art. 5º - A sociedade reger-se-á pelos estatutos que forem aprovados no ato de sua constituição.
Art. 6º - O Governador nomeará representante seu, para em nome do Estado, praticar todos os atos relativos à constituição da sociedade.
Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.
Curitiba, em 26 de outubro de 1954, 133º da Independência e 68º da República.
(aa) Bento Munhoz da Rocha Neto
Antonio Joaquim de Oliveira Portes
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO GOVERNO
DESPACHOS DO EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO EM 26 DE OUTUBRO DE 1954:
17325 Centro Cultural de Professores Secundários do Paraná (ab. assinado) - Inquirir-se sua situação e oportuno de liberação, devendo a C.A., de Serv. Pub. proceder ao seu estudo.
17321 Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional - Ao Departamento de Terras para esta com urgência as bases do acórdão prolatado.
"Definição de acordo com as informações do D.O.T.C.", nos seguintes termos:
Casemiro Mievski, Rodolfo Barboi, Verônica Delyssinski, João Jordano de Mattos, João Paulo de Silva, Paulo Nita, Mesquita, João Jacinto Mesquita.
"Publicação sentença", nas seguintes condições:
Bonsimão Feller, Nív Camargo C. M., José Mateos de Silva, Germa Joaquina da Rocha, Antonio Grochow, F. A. Kocou Demarshvski, João José Joaquim José dos Santos, José Alb. Vaz, João Itamaraci, Blafreda, Luiz G. M., Málias Kossan, Cassio Marone C. V.
João Aparecido Novais, Adeline R. Pato, Antônio Garcia Moraes - De acordo com o acórdão com as informações D.O.T.C. nº Expece-se o E. U.
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO GOVERNO
DESPACHOS DO EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO EM 26 DE OUTUBRO DE 1954:
4088 Praticado P-10m - A C.B.
11879 Yolanda Marzato Pinto - B.P.T.
16234 Francisco Calmonza - Ac

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
DIÁRIO OFICIAL
SEÇÃO I
ATOS DO PODER EXECUTIVO
DECRETO Nº 37.399 - DE 27 DE MAIO DE 1955
Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL.
O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 938, de 8 de dezembro de 1938, e o que requereu a Companhia Paranaense de Energia Elétrica-COPEL, decreta:
Art. 1º - É concedida à Companhia Paranaense de Energia Elétrica-COPEL com sede em Curitiba, Estado do Paraná, autorização para funcionar como empresa de energia elétrica, de acordo com o Decreto-lei nº 938, de 8 de dezembro de 1938, combinado com o Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, ficando a mesma obrigada para os seus objetivos, a satisfazer integralmente às exigências do Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934), leis subseqüentes a seus regulamentos, sob pena de revogação do presente ato.
Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Rio de Janeiro, 27 de maio de 1955: 134º da Independência e 67º da República.
JOÃO CAFÉ FILHO
Munhoz da Rocha
(in "Diário Oficial" da União nº 128 - ANO XCIV -, de 4 de julho de 1955, 1ª página da Seção I).

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA COPEL



Boletim Bimestral editado pela Assessoria de Relações Públicas
Editoria e Arte Rua Coronel Dulcídio 800, 10º andar 80.000 CURITIBA PARANÁ
Editor Responsável Marcus Aurélio de Castro - CONRERP Nº 099

Edição revista, atualizada e ampliada do "Copel Informações" nº 33, set/out - 1974 (edição especial do "Ano 20"

# razões da origem da empresa nova etapa histórica

A constituição da COPEL está ligada a uma série de fatores políticos, econômicos, administrativos e sociais, que levaram à sua instituição como organismo flexível, capaz de superar os entraves ao desenvolvimento paranaense, que desafiavam o poder público, principalmente na área de energia elétrica.

Partindo do pressuposto de que o Departamento de Águas e Energia Elétrica — D.A.E.E., pré-existente, não podia desincumbir-se satisfatoriamente da tarefa, que exigia uma estrutura empresarial, a alternativa foi a constituição de uma sociedade de economia mista, muito mais flexível para o alcance dos objetivos colimados.

Ela se inspirou em concessionária estadual congênere de Minas Gerais, CEMIG, cujas experiências bem sucedidas interessaram os técnicos paranaenses do setor, que tinham também o exemplo mais próximo da antiga USELPA, de São Paulo, depois incorporada à CESP.

As hesitações e as debilidades reveladas na ação do Governo Federal representaram um fator que muito pesou na decisão do Estado em se lançar a um programa energético de maior dimensão.

Por outro lado, as principais concessionárias dos serviços de energia elétrica no Paraná (Companhia Força e Luz, Prada de Electricidade, Empresa Elétrica de Londrina, etc.) eram estrangeiras e particulares, todas com sede fora do Estado, estando com sua capacidade de expansão praticamente esgotada, por desestímulo a novos investimentos, em estado de verdadeiro estrangulamento financeiro como reflexo do semi-congelamento das tarifas. Estas, malgrado a inflação e índices crescentes, eram calculadas tomando por base o custo/valor original dos investimentos, isto é, sem qualquer correção monetária, o que concorria para o desinteresse dos capitais privados em atuar no setor.



Sr. Adolpho de Oliveira Franco

**“O Paraná precisa de indústrias e essa frase é a que se ouve a todo instante”.**

Essa afirmação em entrevista à imprensa no dia 23 de agosto de 1955, do governador da época, Adolpho de Oliveira Franco, foi feita sob o impacto emocional da grande geada que naquele ano devastou os cafezais paranaenses, causando sérios prejuízos à economia estadual. Traduzindo a preocupação pelos anseios de industrialização do Paraná, o governador Oliveira Franco acrescentava:

“Diante do espetáculo contrastador que acaba de vitimar a região mais fértil do Estado, com a destruição de parte ponderá-

vel de nossos cafezais, uma lição pode ser aproveitada, sem quebra de nosso fortalecimento de ânimo: a urgente necessidade que o Paraná tem de se industrializar, ingressando, o quanto antes, em um novo estágio de vida, que só será garantido, por longo prazo, através do suprimento abundante de eletricidade”.

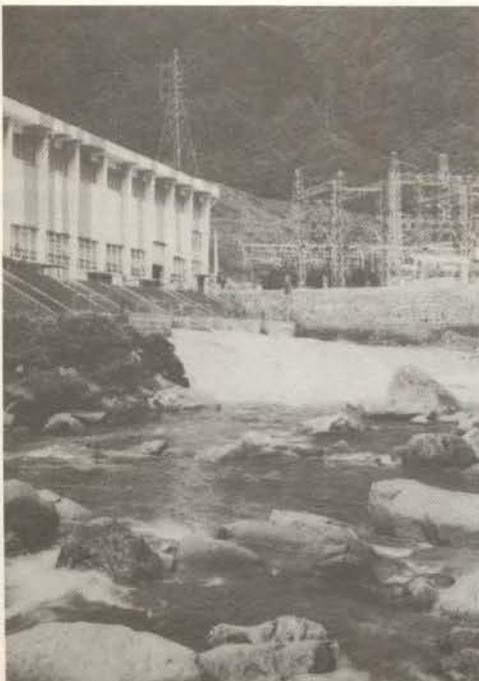
Salientava na mesma entrevista:

“O fim a que se entrega a COPEL não é outro senão o de fornecer elementos para essa nova etapa histórica. Enormes dificuldades, é claro, terão de ser conjuradas para a realização do programa já em curso. O problema que ela tem a resolver não se restringe apenas a construir usinas. Consiste, também, no lançamento de uma vasta rede básica de linhas de transmissão e subestações, de modo a permitir o fornecimento de energia gerada a todos os consumidores nos vários núcleos de industrialização indicados no mapa do Paraná, pela geografia econômica de nossas matérias primas”.

E concluía com as seguintes palavras:

“Torna-se, para isso, indispensável todo o apoio da opinião pública. Impõe-se a criação entre nós, de uma nova mentalidade que venha colocar em termos exatos e em plano elevado, que se distancie de influências daninhas e derrotistas, a importância fundamental do problema de energia elétrica, como condição relevante para o aproveitamento das riquezas do Estado”.

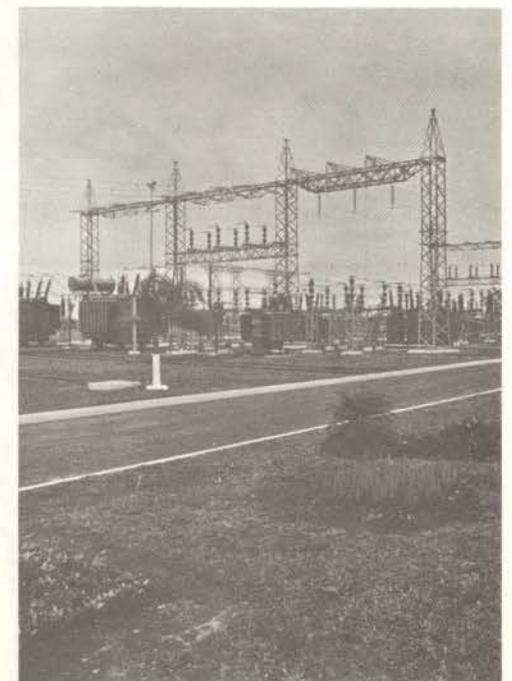
Essa consciência pública há cerca de vinte e cinco anos manifestada, de que com a COPEL o Paraná ingressava numa **nova etapa histórica**, não excluía o reconhecimento de que **enormes dificuldades teriam de ser conjuradas** para realização do programa de eletrificação do Estado, exigindo, por isso mesmo, **todo o apoio da opinião pública** e a criação de **uma nova mentalidade**, em torno da importância fundamental do problema da energia elétrica.



Usina Hidrelétrica de Guaricana.



Construção da linha de transmissão Ponta Grossa-Curitiba.



Subestação de Cascavel.

O Decreto nº 14.947, que criou a COPEL, estabelecia em seu art. 6º: "o governador nomeará representante seu para, em nome do Estado, praticar todos os atos relativos à constituição da sociedade".

Tal indicação recaiu na pessoa do Sr. Themístocles Linhares, professor universitário e então Delegado do Instituto Nacional do Mate no Paraná, que teve no Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza e no Dr. Heraldo Vidal Correa seus primeiros companheiros de diretoria, respectivamente como Diretores Técnico e Administrativo, eleitos em 28 de março de 1955.

Permanecendo durante cerca de um ano à frente da Empresa, o Sr. Themístocles Linhares colaborou na estruturação da COPEL, traçando-lhe as linhas mestras de funcionamento em conformidade com as diretrizes que nortearam sua criação, inclusive caracterizando sua atuação pela iniciativa do planejamento e definição dos primeiros projetos que o setor exigia. Em princípios de 1956 deu-se a renúncia da primeira diretoria, em decorrência da mudança do governo. Até 1961, houve uma sucessão de diretorias de curta duração, quando passaram pela presidência da Companhia os Srs. José Lupion, que renunciou em 28 de janeiro de 1957; Benjamim de Andrade Mourão, com uma interrupção de três meses, durante os quais foi substituído pelo general Alcides Munhoz Junior (período de 17/6/58 a 17/9/58); reeleito para um novo período, o Sr. Benjamim Mourão, entretanto, não concluiu seu mandato, deixando o cargo em 16 de agosto de 1960, que passou a ser exercido pelo Sr. Leão Schulman até o final do triênio, a 10 de fevereiro de 1961.

Nessa data, já no início do Governo Ney Braga no Paraná, a Assembléia Geral da Empresa elegeu a diretoria que teria como presidente o Prof. Parigot de Souza, o qual retornava à COPEL para uma das mais longas e profícuas gestões destes vinte e cinco anos de sua existência.

Com o apoio dado pelo Governador Ney Braga, a COPEL começou a concentrar seus esforços num programa vigoroso de obras indispensáveis à melhoria do panorama energético do Paraná, para o que muito contribuiu o clima de continuidade administrativa que se assegurou à Companhia. O engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza foi reeleito presidente em suces-



*Durante entrevista gravada ao "Copel Informações", o Prof. Themístocles Linhares (à esq.) e o Dr. Heraldo Vidal Correa, respectivamente primeiro Diretor Presidente e primeiro Diretor Administrativo.*

sivas gestões até 3 de julho de 1970, quando deixou o cargo a fim de candidatar-se a Vice-Governador do Estado, sendo eleito a 3 de outubro daquele ano. Em substituição ao Prof. Parigot de Souza, assumiu a presidência da COPEL o engenheiro Arturo Andreoli, que já era Diretor Técnico na gestão anterior. Reeleito em duas oportunidades, o eng. Arturo Andreoli manteve o dinamismo das atividades da Empresa paranaense.

Douglas Souza Luz voltou à COPEL após 7 anos (63/70) e assumiu a Presidência da Empresa em março de 1979, definindo nova estratégia para programas futuros que requerem aumento da capacidade geradora e da área de distribuição em todo o Estado do Paraná.

As metas prioritárias, destacadas durante a sua posse, podem ser sintetizadas assim: terminar a construção da Hidrelétrica Foz do Areia; implantar novas usinas no Iguçu, com destaque para Segredo e Caxias; ligar mais 50 mil propriedades rurais; ligar mais 415 mil consumidores e "dar ênfase ao cada vez maior aperfeiçoamento do corpo técnico e administrativo da COPEL, cuja capacidade é reconhecida em todo o Brasil e até mesmo no exterior".



Sr. José Lupion †



Eng.º Benjamim de Andrade Mourão



Gal. Alcides Munhoz Júnior †



Eng.º Leão Schulman †



Eng.º Pedro V. Parigot de Souza †



Eng.º Arturo Andreoli



Eng.º Douglas Souza Luz

A administração central da COPEL funciona num moderno edifício próprio de treze pavimentos, que domina grande parte do panorama de Curitiba.

Entretanto, quando ocorreu a primeira reunião da diretoria da Empresa, a 28 de março de 1955, ela funcionava numa pequena sala da Delegacia do Instituto Nacional do Mate, à rua Marechal Floriano (em prédio que ainda existe), não só pela circunstância de o presidente da COPEL ser também o delegado daquela autarquia no Estado, mas porque os recursos eram escassos para custear uma sede, mesmo provisória.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas no início, segundo o Sr. Themístocles Linhares, residia na quase absoluta falta de recursos financeiros.

“Na sede do Instituto Nacional do Mate — recorda ele — nós planejávamos algumas medidas, um começo de programa, e só depois de vários meses é que pudemos alugar um conjunto no Edifício José Loureiro, na Rua XV de Novembro”.

Embora a COPEL fosse legalmente contemplada com a Taxa de Eletrificação, destinada a formar os fundos necessários para desenvolvimento de suas atividades, a arrecadação fazia-se englobadamente pelo Estado, como adicional do antigo Imposto de Vendas e Consignações.



O Prof. Bento Munhoz da Rocha Neto, intelectual de seu tempo, viveu sempre com intensidade os problemas da gente e da terra paranaense.

“O problema maior — observou o Sr. Themístocles Linhares — era separar essa Taxa, destinada à COPEL, da arrecadação geral do Estado. E isso levou algum tempo, demandando gestões da Diretoria da Empresa junto à Secretaria da Fazenda e ao Tribunal de Contas”. Ele ressaltou também que havia um certo conflito entre a recém-criada COPEL e o antigo Departamento de Águas e Energia Elétrica, porque, a seu ver, “a mentalidade da época não estava ainda bem preparada para a criação de uma sociedade de economia mista como foi a nossa”.

Todas essas dificuldades iniciais, de recursos e até de local para funcionar, talvez expliquem as hesitações dos primeiros dias de existência da COPEL, inclusive para formação de sua primeira diretoria.

Convidado pelo governador Munhoz da Rocha para Diretor Administrativo, o Sr. Heraldo Vidal Correa a princípio recusou, porque, residindo em Ponta Grossa, como alegou, teria dificuldades em transferir-se para Curitiba. O próprio Sr. Themístocles Linhares, indicado para a presidência, inicialmente declinou do convite feito, ponderando que nada entendia de energia elétrica. Mas o governador retrucou:

“Você não precisa entender, porque temos o Diretor Técnico, Prof. Parigot de Souza. Ele sim precisa entender — e entende do assunto”.

“O paranaense, parece-me ser hoje, a gente mais preparada, em todo o Brasil, para o processo do desenvolvimento econômico. Aqui vive o exemplo de homens que se locomoveram, às vezes, de longes terras, para criar desenvolvimento, acreditando nele e na possibilidade de que o desenvolvimento global a todos inclui, aos mais ricos e aos mais pobres, aos grandes e aos pequenos. Talvez em nenhuma outra região brasileira, exista tanta gente quanto aqui, de comportamento compatível com o desenvolvimento, sabedor dos seus processos e crente em sua promoção social.

Talvez não haja hoje, em todo o Brasil, outra região como a paranaense, em que seja tão intensa a mobilidade social e, conseqüentemente, a promoção humana”.

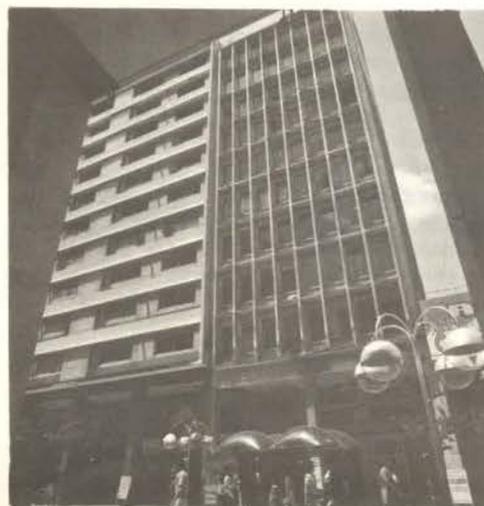
Curitiba, janeiro de 1969.

Bento Munhoz da Rocha Netto

(Trecho do prefácio escrito para a obra “História do Paraná”, em 4 vols., editado pela Grafipar — Gráfica Editora Ltda.)



Quando ocorreram as primeiras reuniões da Diretoria da COPEL, a Companhia funcionava provisoriamente na Delegacia do Instituto Nacional do Mate, na Rua Marechal Floriano, em Curitiba.



Outro edifício que abrigou as primeiras instalações da COPEL. (R. XV de Novembro).



Atual edifício-sede da Companhia, à Rua Coronel Dulcício, 800.

## Ata da primeira reunião da Diretoria. -

Os vinte e oito dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e cinco, às dez horas, na sede da Delegacia do Instituto Nacional do Mate, e' rua Marçal Floriano Peres, n.º 2, andar, realizou-se a primeira reunião ordinária da Diretoria da Companhia Paranaense de Energia Elétrica Copel, que acabava de ser eleita e empossada, nos termos da Ata da Assembleia Geral dos seus acionistas, realizada na mesma data, às dez horas, na sede do Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de Paraná, nesta cidade. Foram discutidos e debatidos todos os assuntos e problemas relacionados com a imediata instalação da Companhia e com as medidas legais e administrativas complementares para o seu funcionamento, tendo sido deliberada a realização de uma reunião conjunta entre os membros da Diretoria e o Excm. Sr. Governador do Estado, a fim de ser elaborado o plano inicial de trabalho. E, por fim, constatou-se a lavrada e a leitura da ata, por quem subscrita e pelos demais Diretores assinada.

Assinada em 28 de março de 1955.

Assinada por

Flávio de Souza

Presidente

## Ata da Segunda Reunião da Diretoria. -

Os trinta e dois dias do mês de abril de mil novecentos e cinquenta e cinco, às quinze horas, na sede da Delegacia do Instituto Nacional do Mate, e' rua Marçal Floriano Peres, n.º 2, andar, realizou-se a segunda reunião ordinária da Diretoria da Companhia Paranaense de Energia Elétrica Copel, a fim de deliberar e resolver sobre os assuntos tratados durante o mês de março e que se relacionaram com as providências complementares para o efetivo funcionamento da Companhia. A Diretoria deliberou agradecer a valiosa colaboração prestada pelo Dr. Flávio de Souza, em sua qualidade de representante do Governo do

A primeira ata.

Nas dez primeiras reuniões se pode constatar o esforço de estruturação para dar vida a uma Empresa que ainda estava praticamente no papel. Através delas, vai tomando corpo uma série de providências para lhe dar existência real.

Na primeira reunião, realizada a 28 de março de 1955, na sede do Instituto Nacional do Mate, deu-se o primeiro encontro da diretoria escolhida, que nesse mesmo dia, pela manhã, fora solenemente empossada na sede do Departamento de Águas e Energia Elétrica.

A segunda reunião a 30 de abril, ocorreu ainda na sede do INM, para exame das medidas mais urgentes. Nos dias subsequentes foram realizadas visitas a diretores de órgãos estaduais com vistas à adoção de providências relacionadas com as atividades iniciais da Empresa.

Durante a terceira reunião, no dia 15 de maio, se tomou conhecimento dos pedidos mantidos no Rio de Janeiro pelos diretores Parigot de Souza e Heraldo Correa, que foram pedir o apressamento da autorização federal para o funcionamento da Companhia, bem como tratar da participação do Paraná no esquema das Usinas Elétricas do Paranaapanema S/A, visando o suprimento de energia ao Norte do Estado.

A quarta reunião, a 16 de junho, teve uma pauta bem mais ampla em matéria de estruturação interna. Tratou-se do aluguel de 12 salas no 8º andar do Edifício José Loureiro, da aquisição de móveis e utensílios e da abertura de uma conta de movimento no Banco do Estado do Paraná, no valor de Cr\$ 200,00 antigos, sendo, na oportunidade, admitidos os primeiros empregados da

COPEL, engenheiros Walfrido Strobel e Herbert Leyser.

No decurso da quinta reunião, a 31 de maio, além de serem criados três cargos de engenheiros assistentes, um de contador e um de contínuo, a diretoria teve ciência da expedição do Decreto Federal nº 37.399, de 27 do mesmo mês, que autorizava o funcionamento da COPEL como empresa de energia elétrica.

Durante a sexta reunião, a 30 de junho, já na nova sede da Empresa, a diretoria tomou conhecimento da publicação no "Diário Oficial" das atas de constituição da Companhia e aprovou a admissão do engenheiro Jorge Monteiro e do contínuo Adir Santana.

Na sétima reunião, a 15 de julho, se tomaram providências visando regularizar a parte que cabia à COPEL no Fundo Estadual de Eletrificação. Na mesma ocasião se fez análise dos projetos do conjunto Cotia-Capivari-Cachoeira e se recebeu a visita de representantes da Franco Bel para tratar do projeto da Usina Termelétrica de Figueira. Ainda nessa reunião se deu o segundo depósito na conta de movimento da COPEL, no Banco do Estado, correspondente a Cr\$ 300,00.

Na oitava reunião, efetuada dia 30 de julho, medidas objetivas já se delineavam em decorrência das providências tomadas anteriormente. O Diretor Técnico Pedro Viriato Parigot de Souza expôs o Plano de Obras de Eletrificação, que poderia ser executado com a utilização de fundos estaduais e federais. Comunicou também os resultados de sua presença na reunião da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, realizada em São Paulo, quando conseguiu a inclusão da COPEL nas emendas que seriam oferecidas ao projeto de lei federal sobre o Fundo Nacional de Eletrificação. Esta reunião aprovou também as admissões do contador Ary dos Santos e do engenheiro Nelson Luís de Souza Pinto.

Em 16 de agosto, a Diretoria realizou a nona reunião, quando o Diretor Presidente transmitiu a orientação do Governo do Estado para que os serviços do D.A.E.E. fossem transferidos à COPEL e comunicou que o Secretário da Fazenda havia determinado o recolhimento direto às agências do Banco do Estado do Paraná, do produto relativo à arrecadação da Taxa de Eletrificação. Foi firmado o primeiro contrato de prestação de serviços com a empresa "Planejamento, Engenheiros e Economistas Associados", do Rio de Janeiro, para estudos econômicos da projetada Usina de Figueira e das usinas elétricas do Paranaapanema. A Diretoria aprovou a contratação da firma "Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S/A", para fazer o levantamento da bacia dos rios Capivari-Cachoeira, e a admissão de duas datilógrafas - Maria Fagundes e Mary Therezinha Sheeham.

Finalmente, na décima reunião, dia 31 de agosto, foram analisados os estudos estatísticos sobre a produção e o consumo de energia elétrica no Paraná. Foi aprovada a admissão de mais dois empregados - Srs. Gaspar Velloso e Otávio Bittencourt -, bem como a compra dos dois primeiros veículos da COPEL, necessários ao trabalho dos engenheiros no Projeto Capivari-Cachoeira.

Abordado na época sobre as possibilidades da recém-criada Companhia Paranaense de Energia Elétrica, o então Vice-Presidente da Comissão Inter-Estadual da Bacia Paraná-Uruguaí e ex-Ministro da Viação, eng. Álvaro de Souza Lima, declarou:

“Confio perfeitamente no êxito da COPEL. Organizações idênticas existem em Minas e São Paulo. Não sendo diferentes os problemas do Paraná, não há dúvida que a organização em apreço terá o mesmo êxito já atingido pelas organizações congêneres, por cujos padrões a COPEL se modelou. O estudo econômico-financeiro sobre o qual a organização da COPEL se baseia está feito com toda a segurança”.

Em depoimento atual, o ex-Diretor Administrativo, Heraldo Vidal Correa, diplomado pela ESG, entende que a primeira diretoria da COPEL inaugurou, realmente, a fase de planejamento que iria dotar o Estado de um sistema elétrico interligado, adequado ao atendimento de suas necessidades energéticas.

Apesar de curta, “a gestão

caracterizou-se por uma intensa atividade eminentemente objetiva e prática”. Não certamente pela materialização de obras, mas pela esquematização da política de planejamento indispensável à superação da carência de eletricidade no Estado.

Em síntese, as providências adotadas pela primeira diretoria foram desde a estruturação administrativa e funcional até a definição de diretrizes para os programas energéticos de porte. Entre elas cabe mencionar:

— Coleta de dados estatísticos sobre a potência instalada e a demanda do mercado de energia elétrica, incluindo previsões futuras.

— Estudos hidrológicos nas bacias dos rios Capivari e Cachoeira, com vistas ao aproveitamento hidrelétrico na região da Serra do Mar, um dos acalentados sonhos dos técnicos paranaenses. Este mesmo projeto teve estudo técnico feito pela “International Engineering Company”, dos Estados Unidos, definindo na época como o melhor aproveitamento do potencial hidrelétrico em sua área.

— Estudo técnico-econômico sobre a Usina Termelétrica de Figueira, que concluiu por sua inviabilidade.

— Estudo técnico-econômico sobre a participação do Paraná no Convênio com as Usinas Elétricas do Paranapanema (USELPA), de São Paulo, para construção da Usina do Salto Itararé.

— Gestões junto às autoridades federais para obter autorização de funcionamento da COPEL.

— Gestões junto à Secretaria da Fazenda a fim de assegurar o recolhimento regular da Taxa de Eletrificação diretamente ao Banco do Estado do Paraná, à conta da COPEL. Esta providência logo mereceu atendimento por parte do governador Oliveira Franco, que também decidiu determinar a absorção, pela COPEL, dos serviços a cargo do D.A.E.E., o que, entretanto, não ocorreu em toda a sua extensão.

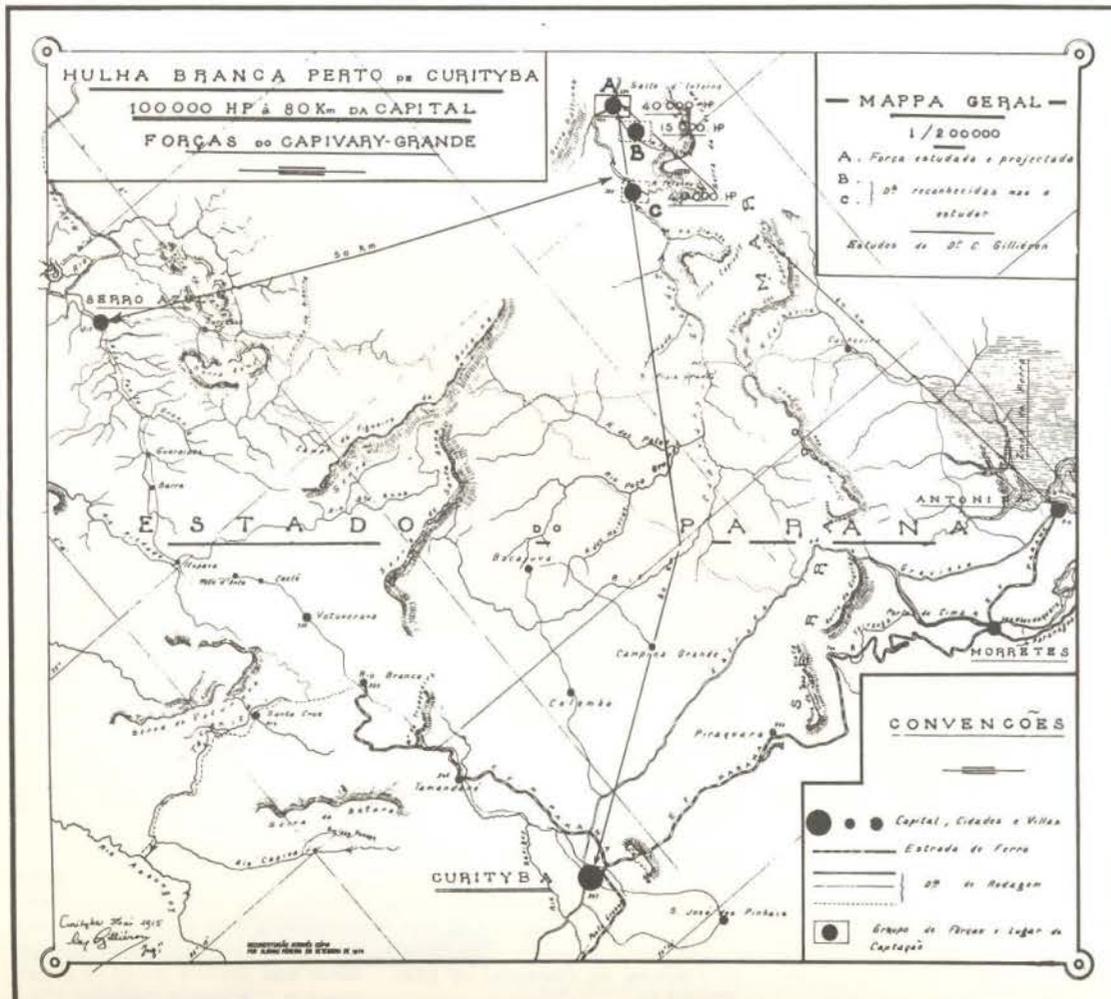
— Elaboração de um programa de obras e investimentos para o setor, a ser executado com fundos estaduais e federais, com a inclusão da Empresa paranaense nas emendas ao projeto de lei federal visando a destinação de verbas para obras de eletrificação no Paraná.

Para o Sr. Heraldo Vidal Correa, os planos elaborados na

época seriam plenamente exequíveis “porque nós não estávamos sonhando; estávamos baseados em dados reais e com as projeções à procura de subsídios que permitissem fazer o projeto da Usina Capivari-Cachoeira”. Sua opinião é de que a COPEL, hoje, representa bem a medida do desenvolvimento do Paraná, como fruto de uma ação desencadeada no campo da energia elétrica há vinte e cinco anos.

O então Diretor Presidente, Themístocles Linhares, afirma que desde as primeiras iniciativas pensava-se em construir um sistema elétrico interligado, tal qual existe atualmente. Essa idéia tinha o respaldo do Diretor Técnico, Prof. Parigot de Souza, que anos mais tarde teve a oportunidade de executá-la, na condição de Presidente da Companhia.

Houve, contudo, retardamentos, porque, com a mudança do governo, em 1956, a primeira diretoria renunciou ao mandato, inaugurando-se então uma série de diretorias passageiras, que até o fim daquele período governamental não tiveram condições de prosseguir os planos delineados.



Reprodução do mapa com os primeiros estudos (1915) para o aproveitamento do Rio Capivari (Salto D'Inferno).

A COPEL conta, hoje, com um quadro técnico e administrativo de cerca de 6.800 empregados em diferentes especialidades, muitos deles treinados e aperfeiçoados na própria Empresa. Distribuem-se nas seis diretorias, com várias superintendências e departamentos, escritórios regionais e unidades operacionais, cobrindo o Paraná inteiro.

O empregado, o homem, eis uma razão muito forte para que a COPEL conserve os seus servidores, dando-lhes um currículo profissional dentro da própria Empresa. A preocupação da Companhia pelo homem vem desde os pioneiros que encontravam nela segurança e apoio suficientes para crescerem profissionalmente.

Vamos aqui lembrar os 11 mais antigos empregados da Companhia. Alguns ainda trabalham conosco, outros já se encontram em escalões estaduais e

federais, comprovando que a COPEL é realmente um celeiro, onde todo empregado recebe

oportunidades de crescer e é visto como gente, e gente muito importante e capacitada. Nas res-

pectivas legendas, mostramos a evolução alcançada pelos empregados.



**MARIA FAGUNDES** - Registro 00007, também foi admitida em 1955 quando ocupou o cargo de datilógrafa. Hoje é Secretária da Diretoria, depois de ter passado pela função de Auxiliar Administrativo.



**MAURÍCIO SCHULMAN** - Registro 00019, Engenheiro admitido em 1956, foi Diretor Administrativo da CODEPAR (hoje BADEP), Diretor Técnico da COPEL, Diretor na ELETROBRÁS, Secretário de Estado, Presidente do BNH (Minist. do Interior). Atualmente ocupa o cargo de Presidente da ELETROBRÁS.



**LUIZ HENRIQUE PARIGOT DE SOUZA** - Registro 00038, Engenheiro admitido em 1956, foi chefe do Departamento de Salto Grande do Iguaçu, em 1970 esteve a serviço do Gabinete da Presidência da Empresa, Chefe da Divisão de Obras Especiais e hoje é Chefe da Coordenação de Aquisições e Relocações de Foz do Arica.



**ADIR SANTANA** - Registro 00004, admitido em 1955 como servente. Hoje é Auxiliar Administrativo, tendo passado pelas categorias de Porteiro, Auxiliar de Serviço e Auxiliar de Escritório.



**MARY TEREZINHA SHEEHAM** - Registro 00008, admitida em 1955 como datilógrafa. Hoje é responsável pelo arquivo de documentos confidenciais do Departamento Jurídico, tais como, contratos, atos, procurações e outros.



**PÊRCLES MIRÓ TOURINHO** - Registro 00036, Engenheiro admitido em 1956, passou a chefe do Departamento de Materiais, chefe do Departamento de Engenharia, Superintendente de Engenharia e Construções, Diretor de Engenharia e Construções; atualmente é Assistente da Presidência.



**JOÃO CARLOS DE SOUZA LAMBACH** - Registro 00039, admitido como Contador em 1956, foi chefe do Departamento Administrativo, chefe do gabinete da Presidência, Superintendente Administrativo e desde 1975 é Sub-Chefe da Casa Civil do governo do Estado para assuntos de Cerimonial.



**NELSON LUIZ DE SOUSA PINTO** - Registro 00006, Engenheiro, foi admitido em 1955. Foi Diretor Técnico da Eletrocap, Consultor Técnico junto à Diretoria, Diretor da Empresa e atualmente ocupa a chefia do CEHPAR.



**ARAMIDES SANTANA** - Registro 00015, foi admitido em 1955 na área de Transportes da Empresa, tendo demonstrado grande dedicação nas tarefas a ele afetas, destacando-se hoje como uma das principais pessoas atuantes na recuperação dos veículos da COPEL.



**MILTON MARTINS CARNEIRO** - Registro 00037, admitido em 1956 como Engenheiro, ocupou os cargos de Chefe do Departamento de Operações, Diretor da UTEIFA, Diretor de Operações e hoje é Assistente da Diretoria de Operações da ELETROBRÁS.



**ADALBERTO PUPO MARTINS** - Registro 00045, admitido como garçom em 1956, foi atendente na Secretaria Geral da COPEL, e por muitos anos desempenhou atividades no Almoarifado Central do Atuba, estando hoje ligado a tarefas do Departamento de Recursos Humanos.

Entre 1956 e 1960 várias usinas de pequeno porte prestaram relevantes serviços no abastecimento energético de 14 localidades. Elas já cumpriram o seu papel e muitas foram retiradas de operação, principalmente aquelas formadas por conjuntos geradores a óleo "diesel". Pequenas hidrelétricas ainda permanecem na condição de "reservas", isto é, funcionam em casos de emergência.

Dentre as usinas mais antigas, ressalta-se a Hidrelétrica Serra da Prata, construída no litoral paranaense, em 1910, por técnicos ingleses, com a finalidade de abastecer Paranaguá. Com potência de 510 kW, essa usina passou a ser operada pela COPEL em 1959 e deixou de funcionar em 1970. Só nesse período, produziu 14.014 MWh.

Além de marco histórico da energia elétrica no Paraná, a usina da Serra da Prata (localizada a 19 quilômetros de Paranaguá, perto da Estrada das Praias), experimentou diferentes fases administrativas. Pertenceu inicialmente à Companhia Melhoramentos Urbanos de Paranaguá, que a explorou até 1932. Depois, passou, sucessivamente, para a Companhia Melhoramentos Paulistas S/A (até 1938), Prefeitura de Paranaguá, Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado (que a encampou) e COPEL.

As demais usinas operadas pela COPEL e, posteriormente, substituídas pelo sistema elétrico estadual, são estas:

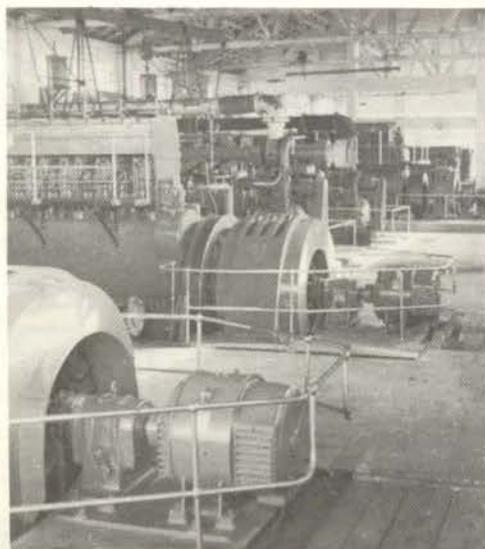
Emergência de Curitiba, com potência de 15.800 kW, funcionou de 63 a 70; Diesel de Paranaguá, 5.506 kW, operou de 60 a 1970; Maringá antiga, para 5.000 kW, funcionando no período de 1956 a 1969; São João, potência de 1.456 kW (período 56/68); Goio-Erê, 504 kW (de 65 a 67); São Mateus do Sul, 408 kW, apenas alguns meses no ano de 1966; Engenheiro Beltrami, 124 kW, (período 66/67); Rebouças, 96 kW, (durante 1966); Bocaiúva do Sul, 84 kW (de 66 a 68); Guajuvira, com 75 kW, funcionou de 65 a 67; Ortigueira, 60 kW (período 66/69); Rio Azul, 60 kW, durante 1966; Mandirituba, com 40 kW (período 60/69); Ocoí, com 2.980 kW (período 66/79). A potência total dessas usinas era de 29.723 kW.



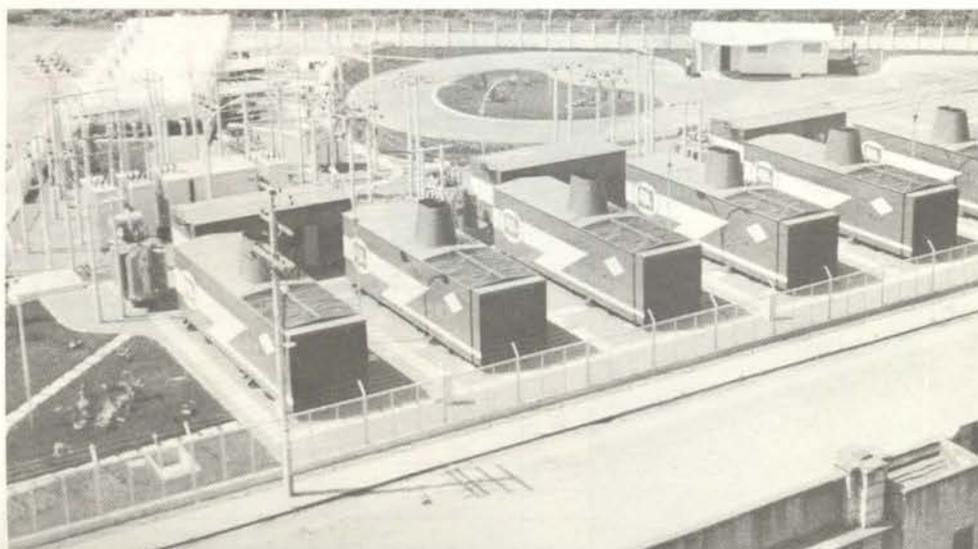
Entre as usinas mais antigas do Paraná destaca-se a hidrelétrica da Serra da Prata, construída no litoral, em 1910.



Com seus 510 quilowatts de potência, prestou relevantes serviços à região.



Usina Diesel de Paranaguá.

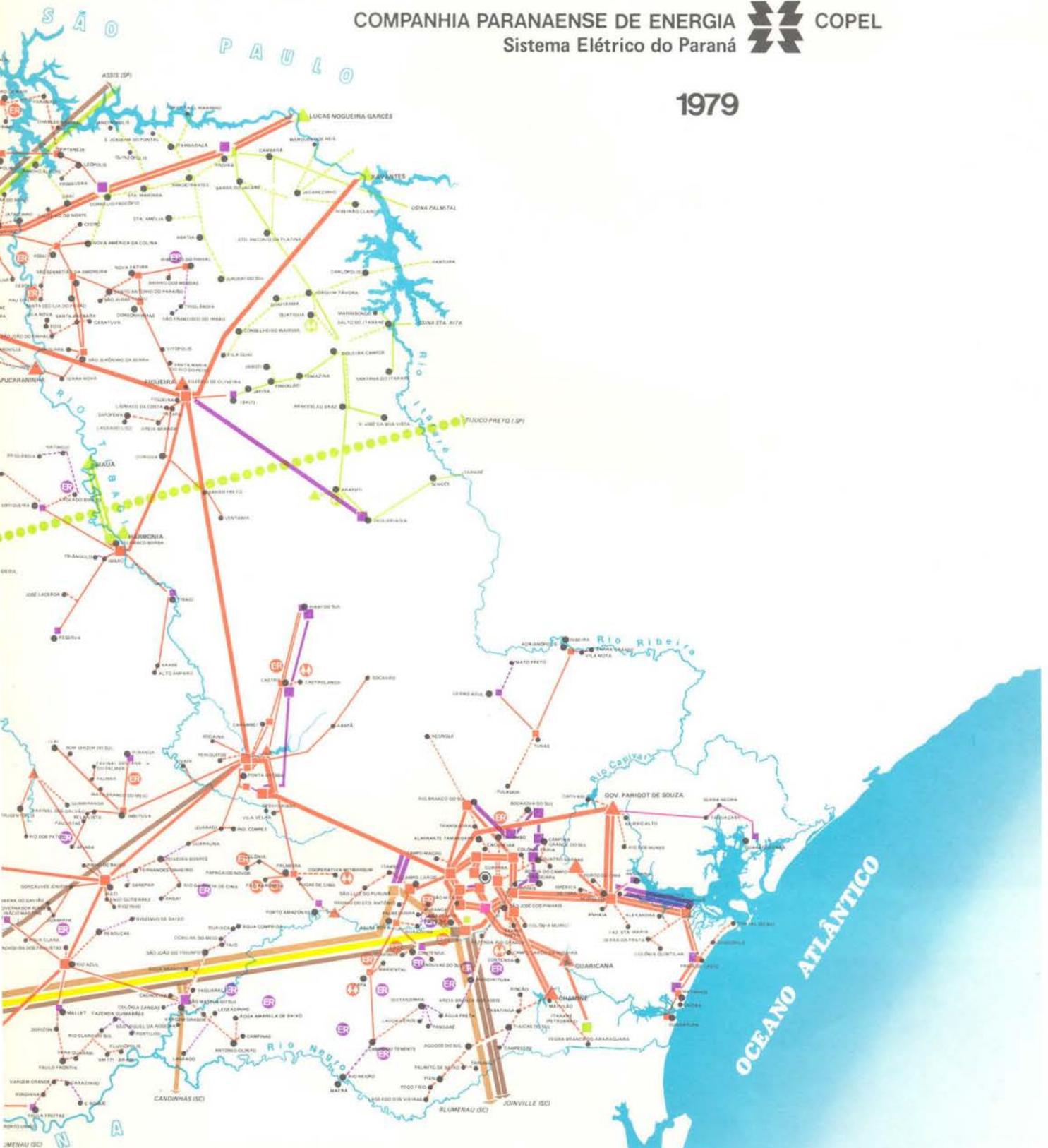


Usina Diesel de Curitiba (Capanema).



COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA  COPEL  
Sistema Elétrico do Paraná

1979



CONVENÇÕES		LINHAS DE 500 KV OU SUPERIORES	LINHAS INTERMEDIÁRIAS A 3 MV	SUBESTAÇÕES DE 50 KV E SUPERIORES	SUBESTAÇÕES DE 34,5 KV	LINHAS DE TRANSMISSÃO DE 300 KV	LINHAS DE TRANSMISSÃO DE 230 KV	LINHAS DE TRANSMISSÃO DE 138 E 69 KV	LINHAS DE TRANSMISSÃO DE 63 KV	LINHAS DE TRANSMISSÃO DE 13,8 KV	ELETRIC. RURAL COOPERATIVAS	ELETRIFICAÇÃO RURAL
COPEL	EM OPERAÇÃO	▲	▲	■	■	—	—	—	—	—		
	EM CONSTRUÇÃO	▲	▲	■	■	—	—	—	—	—		
	PREVISTAS	▲	▲	■	■	—	—	—	—	—		
ELETROBR.	EM OPERAÇÃO	▲	▲	■	■	—	—	—	—	—		
	EM CONSTRUÇÃO	▲	▲	■	■	—	—	—	—	—		
	PREVISTAS	▲	▲	■	■	—	—	—	—	—		
OUTRAS CONCESSIONÁRIAS	▲	▲	■	■	—	—	—	—	—	—		

●●●●●●●● LINHA DE TRANSMISSÃO DE 765 KV - ITaipu

Em 1º de agosto de 1956, a COPEL começou a atuar na produção e distribuição de energia elétrica a algumas cidades do Norte paranaense, onde, até então, os serviços eram de responsabilidade do Departamento de Águas e Energia Elétrica—D.A.E.E. A transferência de concessão incluía Maringá, Apucarana, Campo Mourão, Mandaguáçu, Pirapó e Cambira.

Com velhos motores “diesel”, os serviços de abastecimento energético não podiam corresponder às exigências do acelerado desenvolvimento que se observava nessas localidades.

Maringá, com uma população em torno de 15 mil habitantes e cerca de 1.700 ligações, possuía, inicialmente, uma usina de quatro motores “diesel” de 360 kVA cada, instalados pelo D.A.E.E., em 1954. Além de insuficientes, dois deles estavam com os mancais fundidos, o que impunha um severo racionamento de eletricidade. A usina funcionava das 7 às 11h30m e das 18 às 22 horas.

Em 1957, a COPEL adquiriu um motor de 525 kVA e, nos anos seguintes, outras unidades, até dar à usina “diesel” uma potência instalada de 5.000 kW.

A despeito das ampliações possibilitadas pelos motores adquiridos, o sistema de



Eugênio Rosa

abastecimento continuava precário e, frequentemente, era foco de tensões sociais.

Eugênio Rosa, técnico especializado na montagem e manutenção da COPEL, é quem conhece bem os dramas vividos pela representação regional da Companhia, em Maringá, nos primeiros anos de atividades naquela área. As passeatas de usuários se repetiam cada vez que faltava eletricidade. Numa dessas manifestações de desgosto, o próprio Eugênio Rosa foi envolvido e teve de seguir

a multidão furiosa até os escritórios da Empresa, ponto em que se concentrava a ira dos manifestantes.

A situação, antes da COPEL, era tão precária que, ao assumir os serviços de Maringá, a Companhia precisou enfrentar sérios problemas de consumo clandestino de energia elétrica, feito inclusive com extensões de arame de aço e arame farpado. Cerca de 30% do consumo energético não era pago (por influências políticas) e isso, naturalmente, refletia na situação financeira. Os serviços estavam em descrédito, a ponto de um dos fornecedores de óleo diesel ter cortado o suprimento. Através de gestões com outro fornecedor, o abastecimento de óleo foi restabelecido, mas, todos os dias, o primeiro dinheiro do caixa era destinado ao pagamento do combustível, sem o qual as usinas paravam.

De Maringá, Eugênio Rosa devia atender aos defeitos e quebras de equipamentos nas usinas de localidades vizinhas, o que ocorria com demasiada frequência, principalmente aos domingos, feriados e dias de festas importantes. Não havia telefones, nem outro meio de comunicação rápida entre as cidades. Se ocorria um problema com a usina de Apucarana, por exemplo, o encarregado mandava um bilhete ao Eugênio, pelo primeiro veículo que demandasse Maringá. E, pela descrição sumária do defeito na usina (fumaceira, vazamento de óleo, etc.), o técnico dava o diagnóstico à distância, indo pessoalmente, ou mandando seus auxiliares consertarem a avaria.

Bastava um fraco temporal para o sistema elétrico entrar em pane. Os transformadores eram instalados em cima dos célebres “chiqueirinhos”, ou gaiolas de madeira, caracterizando verdadeiras improvisações que só podiam funcionar precariamente.

### VULCÃO DE APUCARANA

Lembrando-se dos episódios pitorescos da época, Eugênio Rosa conta que, em Apucarana, a usina diesel tinha oito motores, distribuídos em dois grupos e de várias marcas. Todos deficientes. Mas, o motor “Hamilton”, de 1.000 kW, era uma “parada”, porque cuspiam fogo, óleo lubrificante e fumaça; era o “Vulcão de Apucarana”, no conceito do técnico.

Nos anos de 1956 e 1958 foram instalados mais dois motores de 1.000 kW cada, que contribuíam para o abastecimento energético das localidades de Mandaguáçu, Pirapó e Cambira, através de linhas de conexão com Apucarana.

Em Campo Mourão havia duas turbinas, uma de 125 kVA e outra de 360 kVA. Posteriormente, em 1960, foram instalados um motor diesel de 1.000 kW e uma turbina de 1.000 kW, também chamada Usina Piloto de Campo Mourão.

Os problemas de reposição de peças causavam os maiores transtornos, pois os motores “diesel”, além de obsoletos, não dispunham de componentes originais para troca. Para superar as dificuldades, muitas peças eram feitas na oficina do “Kurt”, em Maringá, mediante orientação do técnico Eugênio Rosa.

“A gente remendava tudo, senão a luz faltava e aí saíam as passeatas”.



Maringá, em 1954, recebeu do Departamento de Águas e Energia Elétrica (D.A.E.E.) esta usina dieselétrica com quatro motores. Funcionava das 7 às 11h30m e das 18 às 22 horas.



A primeira localidade a ser abastecida pela COPEL foi Maringá. Sua ligação deu-se em 1º de agosto de 1956. No mesmo dia foram ligadas também: Apucarana, Pirapó, Cambira e Campo Mourão.



Cambira. Acima, Pirapó.

Antes que a COPEL começasse a atuar na produção e distribuição de energia elétrica, os serviços a cargo do governo estadual estavam confiados ao Departamento de Águas e Energia Elétrica—D.A.E.E., criado em 15 de outubro de 1948, com a transformação do Serviço de Energia Elétrica do Paraná, que começara a funcionar em agosto do ano anterior.

A criação do D.A.E.E. assinalou o início de grande movimentação na área da energia elétrica, quando foi elaborado o primeiro Plano Hidrelétrico do Estado, reformulado, para ser cumprido em duas etapas.

Ao mesmo tempo em que iniciava obras da primeira parte do Plano, o D.A.E.E. passou a instalar motores e conjuntos diesel, de capacidade variável entre 70 a 154 kVA, em várias localidades, em caráter de emergência, para atender às justas aspirações das populações do interior, que já se expandiam em ritmo vertiginoso.

Como as obras maiores eram de construção demorada e exigiam volumosas somas de capital, essa foi a solução adotada na época. Nesse sentido, o D.A.E.E., realizou um meritório esforço pioneiro, garantindo o



Usina Hidrelétrica de Ocoí (desativada).

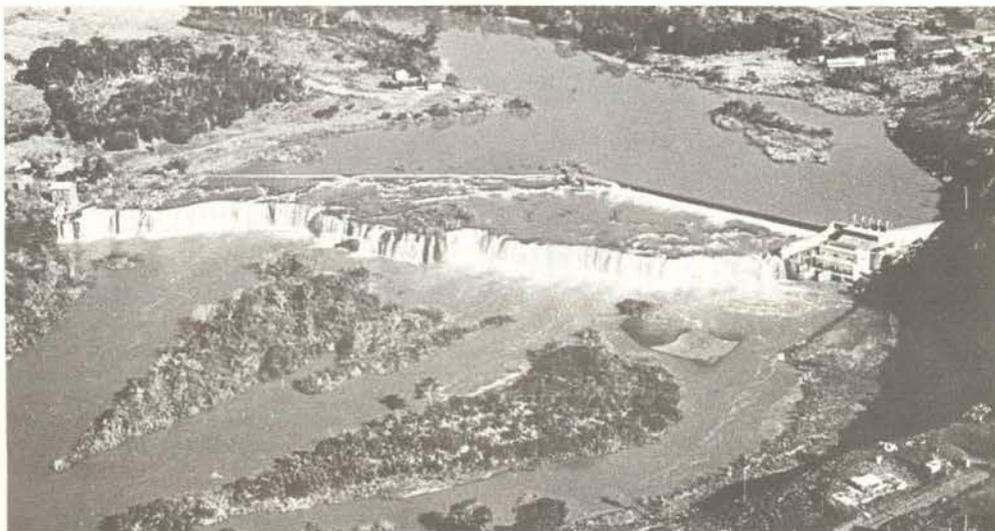
fornecimento de força e luz a várias dezenas de localidades, além de proporcionar assistência a numerosas prefeituras, que mantinham serviços próprios de eletricidade.

Em 1953, a Lei estadual nº 1.384, proporcionou novos recursos financeiros para o programa de energia elétrica, mediante a criação da Taxa de Eletrificação. Em seguida, em 1954, foi criada a COPEL, que deveria assumir, gradativamente, a responsabilidade pelos serviços antes a cargo do D.A.E.E., de prefeituras e de concessionárias particulares. O Departamento ainda continuou, no setor, por algum tempo, tendo construído as Usinas de Ocoí, em Foz do Iguaçu, Cavernoso, em Laranjeiras do Sul e Melissa, em Cascavel. As usinas, Chopim I e Mourão I em Pato Branco e Campo Mourão, foram por ele iniciadas e, depois, concluídas pela COPEL.

Com a transferência para a COPEL das usinas e cidades atendidas, a partir de 1965 o D.A.E.E. passou a melhor instrumentalizar-se para cuidar de objetivos de natureza básica, como os relativos aos estudos hidrológicos. Já em 1972, foi reestruturado sob a denominação de Administração dos Recursos Hídricos—ARH.



Usina Hidrelétrica de Cavernoso.



Chopim I foi a primeira hidrelétrica da COPEL. Sua potência é de 2.080 quilowatts.



Usina Hidrelétrica de Melissa.



Usina Hidrelétrica Mourão I.

A história da energia elétrica no Paraná e das sucessivas etapas até atingir o estágio atual são contemporâneas do uso da mesma no País. Em ambos os casos, essa história não tem ainda um século de existência, porque as primeiras usinas elétricas do Brasil surgiram no ano de 1883, em Campos, Rio de Janeiro, em Juiz do Fora e Diamantina, Minas Gerais.

No Paraná, o primeiro esforço para eletrificação ocorreu no dia 9 de setembro de 1890, quando o Presidente da Intendência Municipal de Curitiba, Dr. Vicente Machado, assinou o contrato com a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, para iluminar a cidade com "uma força iluminativa de onze mil velas".

Baseada nesse contrato, e com uma concessão de 20 anos, a citada Companhia instalou a primeira usina elétrica do Paraná,

num terreno próximo à antiga estação ferroviária, localizada atrás do então Congresso Estadual (hoje Paço da Câmara Municipal). A Usina começou a funcionar, oficialmente, em 12 de outubro de 1892 (muito embora já fornecesse luz no final do mês anterior), sob a direção do Engenheiro Leopoldo Starck, seu construtor. Duas unidades a vapor, fabricadas em Budapeste, produziam 4.270 HP de força, consumindo 200 metros cúbicos de lenha por dia. A 18 de maio de 1898, José Hauer & Filhos adquire a concessão do contrato e a usina, cogitando aumentar a sua capacidade, pois Curitiba já tinha uma população estimada em 40 mil habitantes.

Foi em 1901 que se instalou a primeira usina, propriamente dita, termelétrica, num terreno situado na Avenida Capaneira, próximo à garagem ferroviária, também na Capital (local onde hoje se situa a estação

rodoferroviária). Tinha dois conjuntos geradores de 200 cavalos-vapor cada um e que, em 1904, foi ampliada com o funcionamento de mais uma turbina de 200 cavalos-vapor. Enquanto isso, o contrato de concessão para a exploração e fornecimento de energia elétrica, era sucessivamente transferido. Em 1904 passou para a Empresa de Eletricidade de Curitiba (Hauer Junior & Companhia) e, em 1910, à The Brazilian Railways Limited.

Somente depois de decorridos 10 anos do advento da eletricidade em Curitiba é que uma segunda cidade no Estado — Paranaguá — passou a contar com tal benefício; isto em 1902, mediante dois grupos geradores a vapor de 65 kVA, graças à iniciativa da família Blitzkow. Dois anos mais tarde, Ponta Grossa também passou a contar com eletricidade. União da Vitória veio depois, segundo um contrato firmado entre a Prefeitura e o Sr. Godofredo Grollmann, notável comerciante local. Em 15 de junho de 1916 o acervo é adquirido pela Empresa de Eletricidade "Alexandre Schlemm", inclusive o locomóvel de 100 HP, movido a lenha.

Seguiram-se Campo Largo, Prudentópolis, Castro, Guarapuava, Pirai do Sul e Campo do Tenente, todas em 1911. Ainda pela ordem, receberam energia elétrica Palmeira, Irati, Ipiranga, São Mateus do Sul, Jaguariaíva, Sengés, Tibagi, Araucária, Cambará, Rio Azul, Andirá, Itambaracá, Santo Antonio da Platina, Antonina, Guaratuba, Rio Negro, Lapa e Siqueira Campos, estas últimas já no final da década de 1920.

Algumas indústrias também começaram a instalar geradores, autogerando eletricidade. As indústrias Reunidas Matarazzo, em 1921, para movimentar um moinho de trigo junto ao Porto de Antonina e, em 1925 para fazer funcionar um Frigorífico e uma indústria têxtil em Jaguariaíva. A Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, instalou pequena usina em Cianorte para atendimento restrito e a "Indústrias Brasileiras de Papéis", de Arapoti, passou a contar com eletricidade em 1926.

Outra data bastante importante para a história da energia elétrica no Paraná é a de 18 de julho de 1928, quando foi assinado o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em Curitiba, entre o Governo do Estado e o Grupo de Empresas Elétricas Brasileiras e, em seguida, transferido à Companhia Força e Luz do Paraná — CFLP, constituída naquela ocasião.

A região da Capital contava, então, com 2.590 kW de capacidade geradora e 7.543 consumidores.

As primeiras usinas geradoras de eletricidade instaladas no Paraná, eram movidas a vapor. Foi em 1910 que se inaugurou a primeira hidrelétrica do Estado, a Usina da Serra da Prata, próxima de Paranaguá, com 400 kVA, que até recentemente fornecia eletricidade àquele município.

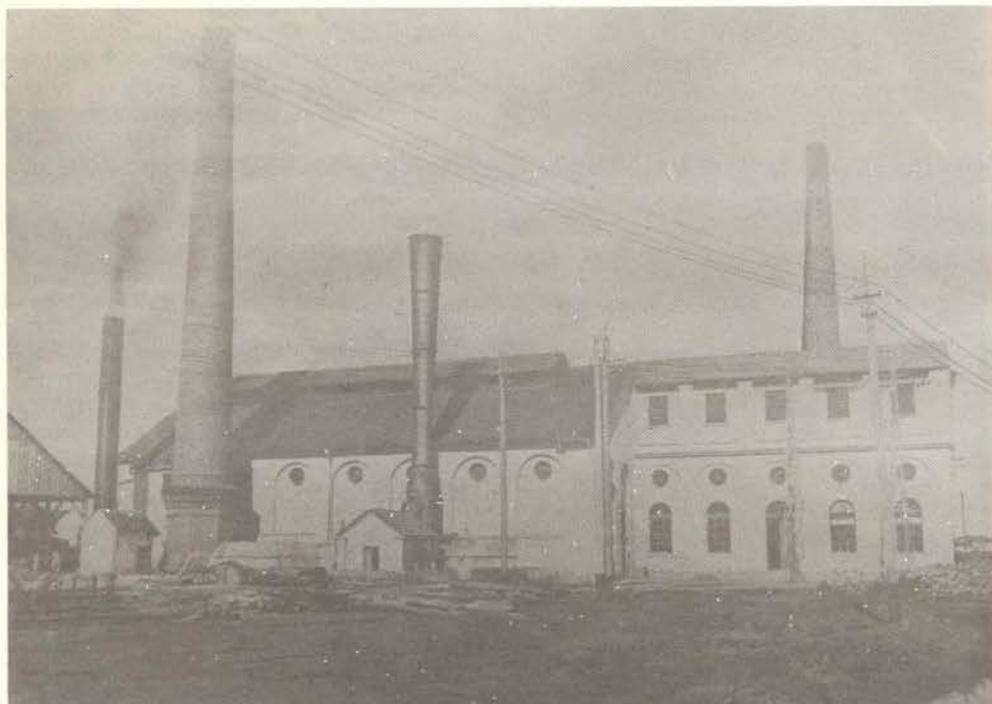
Um ano depois era colocada em funcionamento, no município de Ponta Grossa, a hidrelétrica de Pitangui, com potência de 760 kW. Outras usinas deste tipo continuaram a ser instaladas, mas foi somente em 1930 que se inaugurou um grande projeto para a época — a Usina de Chaminé, com 9.000 kW, implantada na Serra do Mar.



Usina de Marmelos (usina "Zero") — hoje denominada "Bernardo Mascarenhas" —, a primeira central hidrelétrica da América do Sul, teve sua barragem implantada no Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, e operava com dois grupos turbogeradores, num total de 252 kW. A barragem criou um desnível de 5 m, e a casa de força era dotada de duas máquinas Gramme de 8 cv cada uma, 1.500 rpm, corrente contínua, acionadas por roda d'água de madeira com 3,25 m de diâmetro. A energia era utilizada a 2 km de distância — então a mais extensa linha do mundo, pois a de Niagara Falls (U.S.A.) tinha apenas 1,5 km.



1912: aspecto da Rua XV de Novembro, em Curitiba, atual Rua das Flores. Dois eletricitistas efetuam reparos na Rede de Distribuição.



Esta foi a primeira Usina Termelétrica de Curitiba. Para o seu funcionamento eram necessários 200 metros cúbicos de madeira, diariamente.

Os empreendimentos energéticos dessa época já tinham o respaldo do Código de Águas (instituído pelo Decreto Lei n.º 24.463, de 10.07.34) e do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (Lei 1.285/39), que permitiam ao Poder Público o início de coordenação sobre o setor, até então vulnerável e quase inteiramente dependente da iniciativa privada.

Assim, com o apoio do Plano Nacional de Eletrificação, que preconizava a inter-

venção do Estado na área de produção energética, foi criado, em 1942, o Serviço de Energia Elétrica do Paraná que, no ano seguinte, transformou-se em Departamento de Águas e Energia Elétrica.

Por volta de 1948, a potência instalada do Paraná totalizava 43.195 kW.

Fora da região de Curitiba, atendida pela CFLP, o Sul (Lapa, Rio Negro e Campo do Tenente) recebia energia da Empresa Sul Brasileira de Eletricidade e da Empresa de Eletricidade "Alexandre Schlemm" (União da Vitória e Porto União). Ponta Grossa, Castro e Piraí do Sul eram abastecidas pela Prada de Eletricidade. A Companhia Hidrelétrica do Paranapanema atendia a 20 municípios do Norte Pioneiro. As cidades de Londrina, Arapongas, Cambé, Iporã, Rolândia e Jataizinho eram abastecidas pela Empresa Elétrica de Londrina.

A carência de energia elétrica não podia ser resolvida por essas empresas particulares de eletricidade — as mais importantes com sede em São Paulo — já que seu âmbito de ação era estritamente local, não reunindo as vantagens das interligações.

O primeiro Plano Hidrelétrico do Estado foi elaborado em 1948, com previsão dos sistemas elétricos do Sul, apoiado nas usinas de Capivari-Cachoeira e Salto Grande do Iguaçu, do Norte, abastecido pelas usinas de Salto Grande do rio Paranapanema, Capivari e Mourão; e do Oeste, constando de centros geradores isolados.

Posteriormente, em 1952, o referido plano transformou-se em outro, a ser cumprido em duas etapas: a primeira, a curto prazo, levaria à conclusão de pequenas hidrelétricas (Cavernoso, Caiacanga e Laranjinha), enquanto a segunda, dependente de financiamentos, previa a construção das centrais de Capivari-Cachoeira . . . . . (105.000 kW), Tibagi (36.000 kW), Carvalhópolis (27.000 kW) e a Termelétrica de Figueira (20.000 kW).



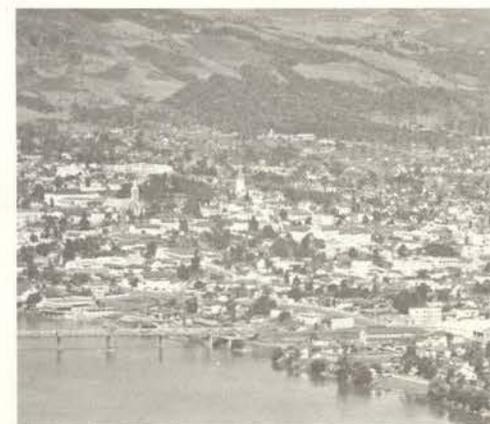
Usina Hidrelétrica de Chaminé.



Londrina.



Ponta Grossa



União da Vitória.



Na década de 30 já transitavam na Rua XV de Novembro, em Curitiba, alguns "jordecos". O principal meio de transporte coletivo urbano eram os bondes, grandes consumidores de energia elétrica.

Em 1960, o potencial energético instalado no Paraná, para uso público, totalizava 163.000 kW. Desse montante, apenas 22.800 kW eram de responsabilidade do Governo do Estado, sendo que a participação da COPEL se restringia a 11.600 kW. Mais de 90% da energia então gerada pelo governo estadual provinha de motores "diesel", de alto custo de produção.

Embora tivesse passado por duas fases preliminares, referentes à constituição em 1954 e ao período que se estendeu até 1960, a COPEL começou a execução efetiva dos planos de obras a partir de 1961, inaugurando uma terceira fase de ação.

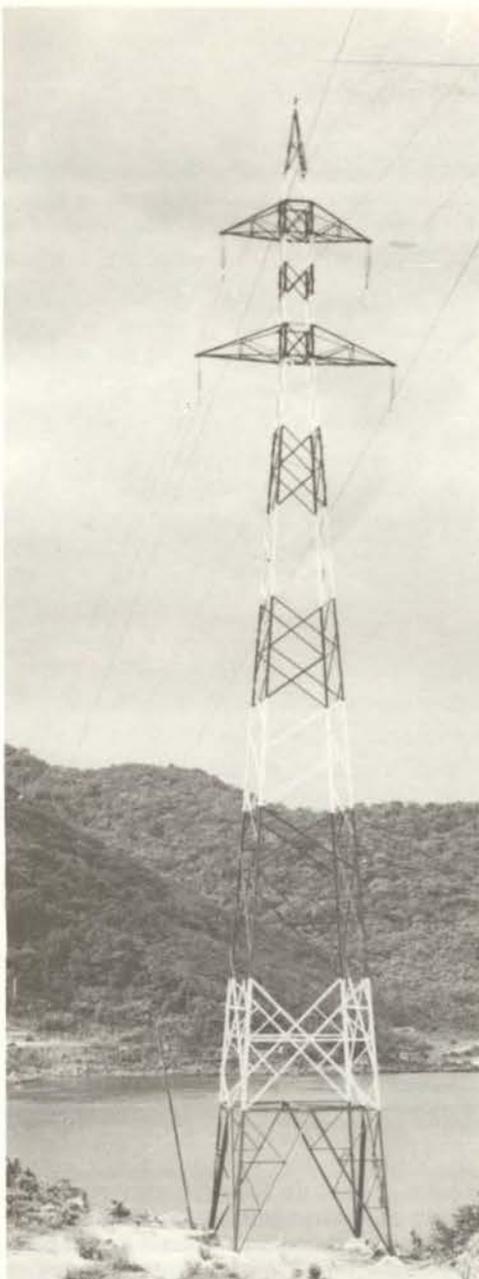
Vários fatores contribuíram para o desencadeamento dessa ação, sendo os principais a decidida política do Governo Ney Braga, que assegurou à COPEL os recursos da Taxa de Eletrificação que não vinha sendo liberada integralmente, e, mais parte do Fundo de Desenvolvimento Econômico, administrado pela CODEPAR (hoje BADEP).

No plano federal, também, melhoraram as condições, incluindo a criação do Ministério das Minas e Energia, o funcionamento da ELETROBRÁS e a nova sistemática de cobrança do Imposto Único sobre Energia Elétrica que representaram pontos de partida para a ordenação de uma política racional e objetiva na área de energia elétrica.

Nessa terceira fase, a COPEL deu início ao programa de emergência, para atenuar a crise energética e pôde lançar-se a empreendimentos de maior vulto, com vistas ao atendimento do mercado a prazos mais longos.

As diretrizes seguidas pela Empresa permitiram-lhe não só materializar os objetivos de suprir satisfatoriamente a demanda de energia elétrica no Estado, contribuindo para o desenvolvimento paranaense, como também, estruturar um sistema elétrico interligado que permite a diversificação de fontes abastecedoras, com maior confiabilidade para o suprimento às necessidades do mercado.

A Usina Termelétrica de Figueira (30.000 kW), construída pela UTELEFA, as hidrelétricas de Salto Grande do Iguaçu



*Travessia da baía de Guaratuba  
(interligação do Litoral).*

(15.200 kW), "Júlio de Mesquita Filho" (44.000 kW) e Capivari-Cachoeira (250.000 kW) constituem as principais unidades geradoras da COPEL e são responsáveis pela extraordinária evolução do panorama energético do Estado e da própria Empresa.

Como resultado dos empreendimentos concluídos, o quadro atual da COPEL é bem diferente daquele de 1960.

O Capital Social elevou-se de Cr\$ 1.400.000 para Cr\$ 8,0 bilhões, reafirmando a concessionária de energia elétrica a posição de primeira Empresa do Paraná e uma das maiores dentre as suas congêneres estaduais.

O número de localidades atendidas diretamente cresceu de 14 para 800, traduzindo os efeitos da extensa rede de transmissão e distribuição de 21.000 quilômetros que cobre todas as regiões do Estado.

Em termos de ligações, estas foram de 17.055 para 850.000.

Foi expressivo, igualmente, o crescimento das ligações industriais, de 98 para 16.000, como consequência de satisfatória oferta de eletricidade.

O consumo de energia elétrica vem demonstrando taxas excepcionais de crescimento, em torno de 15% ao ano. As categorias industrial e rural, são as que apresentam as maiores taxas de crescimento ao ano, situando-se em 15 e 23%, respectivamente.

E consoante as "Diretrizes Globais do Governo Ney Braga", o homem do campo merecerá especial atenção durante sua gestão, com a ligação de mais 415.000 usuários de eletricidade localizados no meio rural e periferias de cidades.

"Estimular e proteger a gente do campo. Não como um favor, mas como um dever". Esta a afirmação do Governador Ney Braga, feita no dia de sua posse.

Ressalte-se, em parte como decorrência da adequada oferta de energia elétrica, a expansão acelerada dos distritos industriais que se instalam nos principais pólos econômicos do Estado, aos quais a COPEL está oferecendo todas as facilidades para o suprimento energético, mediante a implantação de anéis elétricos.



#### *Hidrelétrica*

*"Governador Parigot de Souza", importante unidade geradora da COPEL e a maior usina subterrânea do Sul Brasileiro. Com a central de geração encravada na rocha, a aproximadamente 800 metros abaixo do Rio Capivari e a 1.500 metros da encosta da Serra do Mar, é a segunda no gênero existente no País (a primeira está em Cubatão).*



*A 1<sup>o</sup> de junho último, Guaraqueçaba foi interligada ao sistema elétrico da COPEL. Evento duplamente marcante para a Companhia: aquele histórico município foi o derradeiro a integrar o sistema da Empresa, e essa inauguração foi, no setor energético, a primeira procedida pelo Governador Ney Braga, neste seu segundo período na chefia do Paraná.*

Hoje, a COPEL está presente em todos os municípios do Paraná, levando eletricidade para o conforto das populações e intensificação das atividades produtivas, contribuindo para o processo de diversificação e desenvolvimento da economia estadual.

E, enquanto amplia a distribuição, principalmente no atendimento ao meio rural, a Empresa executa um grande empreendimento na área de geração.

Foz do Areia, com 2.511.000 kW de potência final, encontra-se em adiantado estágio de obras, o que prevê a sua entrada em operação para o segundo semestre de 1980.

Constituindo-se no maior aproveitamento hidrelétrico do Sul do País, depois de Itaipu, Foz do Areia consolida a demonstração de capacidade do pessoal técnico e administrativo da COPEL na condução de mais um grande projeto. E representa destacada realização de engenharia, admirável, sobretudo, pelos propósitos sociais e humanos que a determinaram — na palavra do presidente da Empresa.

A grande central se constitui num marco na construção de hidrelétricas no Brasil. Sua característica principal: a barragem de enrocamento, estruturada em basalto e face em concreto, com 160 metros de altura e 828 metros de comprimento na crista.

Foz do Areia irá quintuplicar a atual potência instalada da COPEL, garantindo



*A barragem já atingiu a sua altura máxima: 160 m. É, hoje, a maior estrutura do mundo, em seu tipo.*

suprimento energético para todo o Estado e regiões Sul e Sudeste do País.

Cabem aqui alguns destaques:

**Barragem** — a maior do mundo no tipo e a primeira no Brasil.

**Subestação elevadora** — 500kV blindada a gás SF<sub>6</sub>, a primeira a ser instalada em usina nacional.

**Aeração** — da lâmina líquida no Vertedouro para combater a cavitação (é solução inédita na Engenharia brasileira).

**Turbinas** — com potência de 418.500 kW (são as maiores do País).

**Pórtico Rolante** — capacidade de 800 toneladas; é o maior em operação atualmente no Brasil.

**Foz do Areia** — a maior central de força em construção no País por uma concessionária estadual de energia elétrica.

Por outro lado, a Companhia já cuida do programa para construir novas usinas, necessárias ao abastecimento no futuro.

Assim, durante a visita do Presidente João Figueiredo a Foz do Areia, em 31.08.79, foi confirmada a concessão à COPEL para a construção da Usina de Segredo, com potência em torno de 2.100.000 kW, também localizada no rio Iguaçu, entre os municípios de Pinhão e Manguieirinha.

Como consequência dos estudos desenvolvidos no chamado Baixo Iguaçu, mediante autorização do Governo Federal, a COPEL encaminhou ao Ministério das Minas e Energia pedido de concessão para a construção da Usina de Salto Caxias e que poderá propiciar uma potência instalada em torno de 1.600.000 kW.

Ao mesmo tempo, gestões vêm sendo desenvolvidas junto ao Governo Federal no sentido de garantir à Empresa a continuidade de construção de usinas no futuro, com a concessão de outros aproveitamentos.

## EMPRESA—UNIVERSIDADE

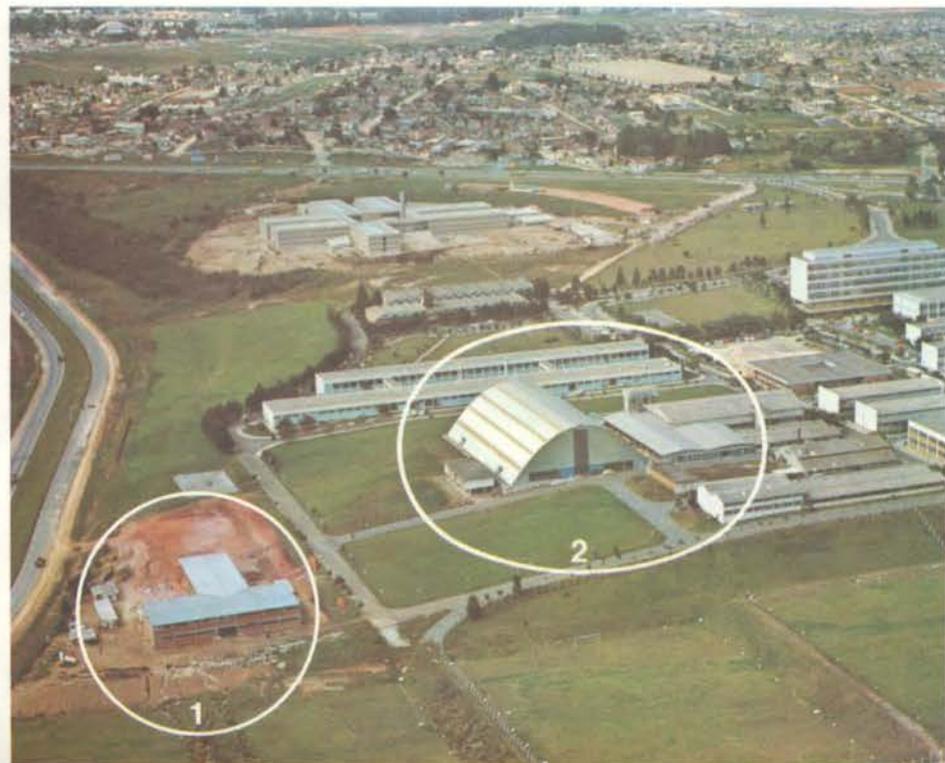
Em função de convênios com a Universidade Federal do Paraná, a COPEL mantém o Centro de Hidráulica e Hidrologia "Prof. Parigot de Souza", que, entre outros, construiu os modelos reduzidos de Salto Osório, São Simão, Salto Santiago, Itaipu, Foz do Areia, Emborcação, Segredo e Samuel; está ultimando a construção do Laboratório Central de Eletrotécnica e Eletrônica, destinado à formação de pessoal de pesquisa e assessoramento às empresas de energia elétrica e à indústria de equipamentos elétricos.



O Presidente João Figueiredo durante seu discurso em Foz do Areia, ladeado (da e. para a d.) pelo Presidente da COPEL, Douglas Souza Luz, pelo Governador do Estado, Ney Braga, pelo Ministro das Minas e Energia, Cesar Cals, e pelo Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter.



Concepção artística da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias.



No Centro Politécnico:

1 — Laboratório Central de Eletrotécnica e Eletrônica — LaCEE;

2 — Centro de Hidráulica e Hidrologia "Prof. Parigot de Souza" — CEHPAR.

Desde o dia 14 de agosto último, a COPEL tem novo nome: Companhia Paranaense de Energia. A idéia de ampliar os seus objetivos sociais, transformando-a em Empresa energética, começou a ser analisada desde o início da gestão Douglas Souza Luz e da primeira hora do Governo Ney Braga, que continua tendo grande preocupação com as contribuições que o Paraná pode dar para equacionar o grave problema da energia no Brasil.

A medida evoluiu rapidamente e a iniciativa foi concretizada com maior urgência em vista da crise do petróleo e a situação energética atual e está de acordo com a política nacional do setor, que assumiu prioridade no Governo João Figueiredo.

Como Empresa energética, a COPEL irá dedicar-se a pesquisas de novas fontes; delas, o carvão se apresenta como a alternativa mais imediata. O dimensionamento das minas está sendo levantado pela Mineropar (Empresa de Mineração do Paraná), que apresentará o resultado à COPEL.

Nesse sentido, a Empresa irá levar a efeito as aplicações no campo das fontes alternativas de energia, sobretudo utilizando os resultados de pesquisas já executadas ou que venham a ser realizadas por outras instituições.

Assim, a COPEL trocará idéias com a CESP (Companhia Energética de São Paulo), Universidades, e outros órgãos, sobre pesquisas efetuadas com o carvão mineral para

aplicá-las na construção de uma usina de gaseificação em Figueira.

O gás do carvão poderá ser utilizado como substituto do gás do Petróleo, com possibilidade de levá-lo a várias regiões do Estado e até São Paulo. A produção do carvão, hoje, em Cambuí — a maior reserva paranaense — está atendendo somente a Usina Termelétrica de Figueira e Indústrias Klabin. Essa produção, aliás, é regulada pela Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB.

A denominação da Empresa foi alterada e seus objetivos ampliados, devendo a COPEL, no entanto, continuar a exercer suas funções de Companhia que gera, transporta e distribui eletricidade aos usuários, nas cidades e no meio rural. Continuará, por isso, a construir hidrelétricas, primordialmente no rio Iguaçu, porquanto uma das mais importantes prioridades no setor energético é justamente o aumento da produção de hidreletricidade. A médio e longo prazo, o Brasil deverá aumentar a proporção de energia hidrelétrica e diminuir a proporção do uso do petróleo, no conjunto das diversas fontes de energia.

O Paraná, através da COPEL, agora tem um objetivo mais amplo, no plano nacional, para aplicar fontes alternativas de energia, com o apoio dos Governos Estadual e Federal. A Companhia Paranaense de Energia assumirá suas novas dimensões sem detrimento de seu objetivo primeiro: a energia elétrica.



Edifício à rua Carlos de Carvalho 787, em Curitiba, abriga a administração central.

A nova redação do artigo 1º dos Estatutos Sociais ficou assim:

A Companhia Paranaense de Energia, abreviadamente COPEL, constituída nos termos da Lei Estadual nº 1.384, de 10 de novembro de 1953, e da Autorização contida no Decreto Estadual nº 14.947, de 26 de outubro de 1954, é uma sociedade de economia mista por ações, destinada a:

- pesquisar e estudar, dos pontos de vista técnico e econômico, quaisquer fontes de energia;
- pesquisar, estudar e planejar, construir e explorar a produção, a transformação, o transporte, o armazenamento, a distribuição e o comércio de energia — em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica — de combustíveis e de matérias primas energéticas;
- estudar, planejar, projetar, construir e operar barragens e seus reservatórios, bem como outros empreendimentos, visando ao aproveitamento múltiplo das águas;
- prestar serviços de informações e assistência técnica, quanto ao uso racional da energia”.

Quando a COPEL estiver completando o seu 25º aniversário, a FUNDAÇÃO COPEL comemorará 8 anos de relevantes serviços prestados aos empregados da Empresa, no campo de Assistência e Previdência.

## INSTITUIÇÃO E FINALIDADE

A Diretoria da COPEL aprovou a instituição da Fundação COPEL aos 26 dias do mês de outubro de 1971. Os estatutos da Entidade definem sua finalidade:

“... prestar e/ou complementar serviços e benefícios sociais, assistenciais, educativos e previdenciários, bem como, acessoriamente, estendê-los aos seus dependentes...”

E todos — Diretores da Empresa e acionistas — estavam cientes de que “somente com um clima interno de efetivo bem-estar social, poderia a Companhia participar ativamente na promoção do progresso coletivo, procurando harmonizar e integrar, no seu próprio seio, o capital e o trabalho, conferindo primazia ao tratamento do ser humano, razão última da Empresa, do capital e do próprio trabalho”.

A Fundação COPEL oferece hoje, com 8 anos de serviços, nada menos de 5 benefícios — da área previdenciária — e vários serviços — da área assistencial — que abrangem o associado como um todo.

Os benefícios auferidos:

- Complementação de auxílio doença

- Gratificação de aposentadoria
- Suplementação de aposentadoria
- Complementação de Pensão
- Pecúlio

Os Serviços prestados:

- Auxílio Funeral
- Empréstimo simples
- Empréstimo saúde
- Assistência médica
- Assistência odontológica
- Reembolso de despesas com medicamentos
- Reembolso de despesas com diárias hospitalares
- Reembolso de despesas com exames radiológicos
- Reembolso de despesas com exames de laboratório.

## RETROSPECTO

Apenas para mostrar e comprovar a viabilidade da Fundação que se preocupa em cada vez mais e melhor atender aos seus associados, veja este quadro:

- 150 médicos credenciados
- 103 dentistas
- 63 laboratórios
- 69 hospitais
- 48 clínicas
- 15 farmácias

Agora, a Fundação COPEL já é adulta e madura o necessário para atender a cerca de 22.000 pessoas, entre associados e dependentes.

Ao completar vinte e cinco anos de existência, a COPEL se apresenta como a primeira Empresa do Paraná, e, no setor de energia, a terceira do País, dentre as concessionárias estaduais.

Sua contribuição ao desenvolvimento paranaense pode ser aquilatada pela correlação entre o crescimento do consumo de energia elétrica e a taxa de crescimento da Renda Interna do Paraná, em particular, da Renda da Indústria, que vem acusando grande incremento nos últimos anos.

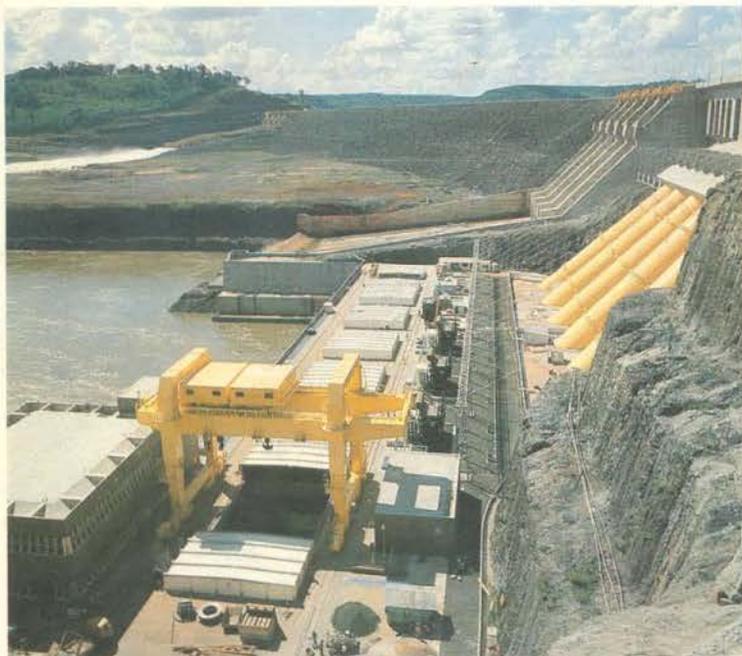
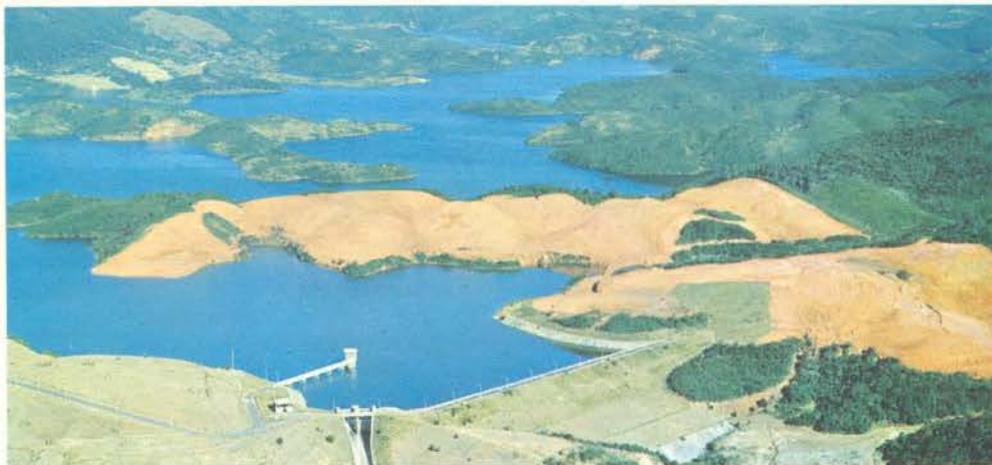
Além disso, todos os centros urbanos de grande e médio portes, e um grande número até de pequeno porte, estão incorporados, direta e indiretamente, ao sistema elétrico da COPEL, que beneficia assim todas as regiões do Estado — graças à implantação do anel de transmissão que o circunda —, assegurando a melhoria dos padrões sócio-econômicos da população, com a correspondente expansão de uma nova faixa de mer-

*Constituindo-se em atrativo turístico, o reservatório da usina "Gov. Parigot de Souza" forma um lago de 150 milhões de metros cúbicos, às margens da BR-116, a 50 km de Curitiba.*

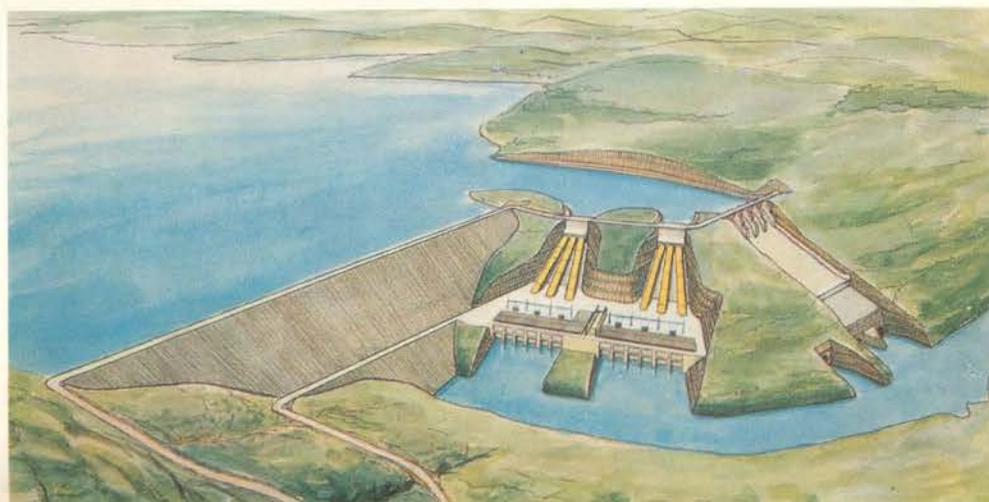
**QUATRO TEMPOS,  
QUATRO HIDRELÉTRICAS:  
"GOV. PARIGOT DE SOUZA",  
SALTO OSÓRIO,  
FOZ DO AREIA  
E SEGREDO.**

cado ao consumo de bens e serviços, antes restritos a reduzidas camadas sociais.

Por essa forma, a COPEL está hoje presente em todas as comunidades paranaenses, concorrendo para emprestar maior dinamismo à economia estadual, principalmente no processo de sua diversificação estrutural. Está consciente, contudo, de que tem pela frente um vasto e árduo caminho a percorrer, encarando, por isso, com humildade e responsabilidade o futuro que diante de si se descortina.



*Por delegação da ELETROSUL, a COPEL construiu a hidrelétrica de Salto Osório, localizada no sudoeste do Estado. A central opera hoje com 700 MW, estando em montagem as duas máquinas que completarão a sua potência final de 1.050 MW. À direita, estágio atual dos trabalhos em Foz do Areia, a maior usina do Iguaçu.*



*Concepção artística da usina hidrelétrica de Segredo, que terá 2.100 MW. Será a terceira central geradora de grande porte a ser levantada pela COPEL na bacia do Iguaçu.*